

TECNOLOGIAS DE GÊNERO, MASCULINIDADES E APRISIONAMENTOS NA EXECUÇÃO PENAL

GENDER TECHNOLOGIES, MASCULINITIES AND IMPRISONMENT IN CRIMINAL ENFORCEMENT

TECNOLOGÍAS DE GÉNERO, MASCULINIDADES Y APRISIONAMIENTOS EN LA EJECUCIÓN PENAL

Cíntia Helena Santos¹
Wiliam Siqueira Peres²

RESUMO:

O presente estudo articula as relações de saber/poder na produção do crime e operacionalização da lei, a forma sutil com que as tecnologias de gênero naturalizam ações e reações nas relações, parcerias e lutas diárias entre funcionários e presos e os processos de subjetivação na contemporaneidade. Este estudo tem como matriz epistemológica a genealogia proposta por Michel Foucault, que tem permitido percursos diversos como análises de documentos, entrevistas semi-estruturadas, realização de grupos e de cursos. O entrelaçamento das forças e discursos tem engendrado o impacto das tecnologias de gênero, em especial das masculinidades, presentes nas relações entre funcionários e pessoas presas. O impacto destas relações coloca em tela as modulações da subjetividade em um continuum de oscilações entre modos de subjetivação normatizadores e singularizadores.

Palavras chaves: Masculinidades. Aprisionamentos. Processos de subjetivação.

ABSTRACT:

The study articulates the relations of power / knowledge in the production of crime and operationalization of the law, the subtle way in which technologies of gender naturalize actions and reactions in relationships, partnerships and daily struggles between staff and prisoners and the processes of subjectivity in contemporaneity . This study has as epistemological matrix the genealogy proposed by Michel Foucault, who has allowed diverse pathways as document reviews, semi-structured interviews, performance groups and courses. The interweaving of the forces and

¹ Psicóloga da Penitenciária Estadual de Londrina, psicóloga clínica, especialista em Psicanálise (UNIPAR), Modalidades de Tratamento Penal e Gestão Penitenciária (UFPR), Mestre em Psicologia (UFSC) e doutoranda em Psicologia (UNESP) E-mail: cintiasantos@depen.pr.gov.br

² Doutor em Saúde Coletiva pelo INS/UERJ, Professor do Departamento de Psicologia Clínica da UNESP- Assis. E-mail: pereswiliam@gmail.br



Esta obra foi licenciada com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 3.0 Não](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/)

[Adaptada.](#)

discourses has engendered the impact of technologies on gender, especially masculinity, in the present relations between staff and prisoners. The impact of this relationship puts on display the modulations of subjectivity in a continuum of oscillation between normalizing and singularizing modes of subjectification. **Keywords:** Masculinities. Imprisonment. Subjective processes.

RESUMEN:

El presente estudio hace una articulación entre las relaciones de saber/poder en la producción de los crímenes y en las operacionalizaciones de la ley, la forma sutil con que las tecnologías de género naturalizan acciones y reacciones en las relaciones, acuerdos y luchas diarias entre funcionarios y penados y los procesos de subjetivación en la contemporaneidad. Este estudio tiene como matriz epistemológica la genealogía propuesta por Michel Foucault, que ha permitido caminos diversos: análisis de documentos, entrevistas semiestructuradas, realización de grupos y de clases. El entrelazamiento de fuerzas y discursos han engendrado el impacto de las tecnologías de género, en especial de las masculinidades, presentes en las relaciones entre funcionarios y penados. El impacto de esas relaciones pone en tela las modulaciones de la subjetividad en una continuidad de oscilaciones entre los modos de subjetivación que son normativos y que singularizan.

Palabras claves: Masculinidades. Apuramientos. Procesos de subjetivación.

O presente estudo articula as relações de poder na questão do crime e operacionalização da lei, a forma sutil com que as tecnologias de gênero naturalizam ações e reações nas relações, parcerias e lutas diárias entre funcionários e pessoas presas e os processos de subjetivação contemporâneos.

Na busca por compreender os processos de subjetivação dos funcionários do Sistema Penitenciário, esta reflexão marca a escolha por utilizar o gênero, em especial as masculinidades, como categoria de análise. Conforme Lauretis (1987/1994), o gênero é nossa identidade primeira, aquilo que nos atribui uma existência significável para os outros, nos qualifica para a vida no interior da inteligibilidade cultural. Esta inteligibilidade do gênero tomada na sua historicidade nos permite olhar para os binarismos de modo crítico, evitando as respostas prontas e cristalizadas.

Destacamos que, ainda segundo Lauretis (1987/1994), o gênero esta muito além da diferença sexual, posto que é produto do entrelaçamento de várias tecnologias, uma maquinaria que constitui os discursos em que se apóiam as instituições do Estado, como a família, a escola, a igreja, a prisão...

Neste caminho analítico operacionalizado pelos estudos de gênero, aqui tomados como ferramentas, pretendemos ser guiados pelas questões, e não

respondê-las. Considerando que somos atravessados pela lógica binária e conceitos universais, usaremos como estratégia de resistência fugir das respostas rápidas ou essencialistas em direção a espaços de construção sócio-históricas, buscando o “entre” em detrimento aos opostos binários. Neste sentido, somos orientados por Michel Foucault:

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos (1988, p.30).

Estes espaços podem fazer emergir em nós e naqueles com os quais nos encontramos uma forma de existência, uma prática não tão determinada pelas práticas regulatórias.

Se por um lado as construções binárias criminoso/cidadão e preso/livre se articulam e se provocam na produção do crime e sua punição para construir o nada sutil sistema de sujeição e exercício de poder que caracteriza o Sistema Penitenciário, por outro as tecnologias, em especial as de gênero, aprisionam silenciosa e sutilmente as diversas pessoas envolvidas na execução de penas. O ato de punir o crime com a prisão, e assim produzir a figura do preso, é solidário à criação da ilusão de liberdade necessária à construção do que engodo de que somos livres. Essa ilusão por sua vez faz parte da maquinaria que nos leva a crer que nossas expressões de gêneros, o modo como nos apresentamos aos outros e que nos reconhecemos é fruto de nossas escolhas individuais e livres. Será?

Tanto as tecnologias da prisão quanto às de gênero aprisionam, delimitam amarras, marcam os corpos, todos os corpos: aqueles que estão presos aos padrões hegemônicos, interiorizando as disciplinas e regulamentações ditadas pelas normativas binárias, um aprisionamento de si, e também aqueles que à elas se opõem, resistindo ao aprisionamento de si, mas sendo aprisionados por outras lógicas regulatórias. Foucault (1986 apud DREYFOS & RABINOW, 1995), nos esclarece que não há poder sem resistência, o próprio contra-poder é que fortalece e mantém o poder. Assim posto, tanto o aceito como o não-aceito se provocam e se fortalecem mútua e permanentemente.

Nesta dinâmica, resta aos corpos ser objeto ou abjeto às normativas hegemônicas. Objeto como corporificação de um discurso normativo, e abjeto como desapropriação de qualquer reconhecimento ou direito que um ser humano possa ter,

devido inexistir para a inteligibilidade lógica destes mesmos discursos normativos. Então, pensar as masculinidades destes corpos objetivados como disciplinadores e também daqueles tornados abjetos pelo ato criminoso nos parece um possível caminho genealógico de pesquisa, considerando que é indispensável à genealogia:

Marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta da evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram (Foucault, 1986, p.15).

Partindo da matriz epistemológica proposta por Michel Foucault, a genealogia, temos escutado funcionários e pessoas presas em contextos diversos: entrevistas, realização de grupos operativos, debates em cursos de capacitação e em atividades de rotina nas unidades penais, no sentido de:

Ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. (1986, p.171).

O entrelaçamento destas falas tem nos permitido delinear o impacto das tecnologias de gênero, em especial das masculinidades, na dinâmica das relações de saber/poder que se estabelecem entre os funcionários, entre as pessoas presas e também entre funcionários e pessoas presas.

Em uma análise do trabalho de José Gabriel de Lemos Brito (1934) *A questão sexual nas prisões*, Beattie (2009) discute a relação das expressões de sexualidade e a disciplina nas prisões. Ressalta que, para Lemos Brito, o homem teria instintos sexuais incontrolláveis (daí a afirmação: “cada homem traz dentro de si sua tragédia sexual”) que demandavam ao Estado uma resposta efetiva e específica para controlar e disciplinar os corpos. Neste sentido, sugeria que deveria ser permitido e regularizado o encontro sexual com as esposas para evitar as expressões sexuais e afetivas entre os homens presos. A prescrição médica da época era que os homens precisavam de sexo para manter seu bem estar físico e mental.

Embora não encontremos pesquisas que comprovem ou mesmo discutam em termos não moralistas se as hoje chamadas visitas íntimas têm alguma relação com a questão disciplinar nas prisões, essa teorização de Lemos Brito emergiu de diversas formas, por último em 1984 quando a visita íntima passa a ser um direito da pessoa presa, e não mais uma estratégia de controle ou tratamento ou uma regalia

como já havia sido. Ressalta-se que, na prática, somente os homens presos é que tem o referido direito. As mulheres presas ainda não conseguiram. Os homens, em sua grande maioria, nem as visitam na prisão. Esta constatação nos permite perceber a presença das tecnologias de gênero que dão manutenção à reificação das desigualdades entre homens e mulheres, que a princípio estariam fora das prisões. Tênuas estas linhas que separam o dentro e o fora. Em Deleuze (1987, p.130) “o de fora não é um limite rígido, mas uma matéria movente animada de movimentos peristálticos, de pregas e de dobras que constituem um de dentro: não são algo diferente do de fora, mas, exatamente, o de dentro do de fora”.

Estas evidências das desigualdades entre homens e mulheres, embora importantes na compreensão das tecnologias de gênero, não se configuram, neste momento, como prioridade. Para a problematização da produção de subjetividades entre homens, pensamos que mais que as desigualdades entre masculinidades e feminilidades, vamos buscar as continuidades e descontinuidades, a processualidade na constituição dos sujeitos em questão.

Os estudos sobre masculinidades têm se orientado pelos desdobramentos dos estudos feministas, pelo desenvolvimento teórico, por estudos que discutem temáticas acerca da violência, saúde, paternidades, mídia, relações contemporâneas. Entre tantas perspectivas de estudo, selecionamos um recorte específico em que temos trabalho: a questão da dominação masculina e as relações homens/homens.

Welzer-Lang (2001, p. 3) se utiliza da descrição de uma “casa-dos-homens” para desenvolver sua argumentação acerca de como em nossas sociedades as crianças do sexo masculino deixam o mundo das mulheres mediante uma fase que denomina homosociabilidade. Longe dos homens grandes e das mulheres, reagrupados com outros meninos da sua idade, atravessam “fortes tendências e/ou grandes pressões para viver momentos de homossexualidade”, tais como comparações quanto tamanho do pênis, maratonas de masturbação, excitações coletivas com pornografia. Além desta iniciação entre iguais, há também a atuação dos homens-grandes que “mostram, corrigem e modelizam os que buscam o acesso à virilidade, onde então cada homem se torna ao mesmo tempo iniciado e iniciador”.

Ressalta-se aqui que as iniciações marcam violentamente todos os envolvidos. Se distanciar do mundo das crianças e do das mulheres e se tornar um homem implica em sofrimento:

R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.8, n.1, p. 185-199, jan/jul. 2011

O pequeno homem deve aprender a aceitar o sofrimento- sem dizer uma palavra e sem amaldiçoar - para integrar o círculo restrito dos homens. Nesses grupos monossexuados se incorporam gestos, movimentos, reações masculinas, todo o capital de atitudes que contribuirão para se tornar um homem. (Welzer-Lang, 2001, p.3)

Os discursos e práticas de funcionários agentes penitenciários e de pessoas presas permitem observarmos que a prisão poderia ser chamada de uma “casa-dos-homens” com grades. Alguns funcionários, pessoas presas e familiares de ambos se referem à prisão como lugar onde “o filho chora e a mãe não vê”. Há rituais de iniciação, os iniciados introduzem os novos, e em ambos os grupos persiste a expressão valorizada “ser um cara homem”, que implica ter palavra, não agir diferentemente do que seu grupo prega como aceito e viril, ter influência sobre os demais e principalmente, não reproduzir padrões de relação tidos como femininos: falar demais (aqui uma investigação/escuta mais cuidadosa demonstrou que não era falar demais, mas sim falar de sentimentos, fraquezas, medos), submissão sexual, mudança de atitude e/ou opinião.

Entre os funcionários podemos exemplificar com o fato da recorrência de relatos de infidelidade baseados no fato de que “também o cara é guarda, não podia deixar passar...” Entre as pessoas presas, uma fala de um que procura a psicóloga porque “não pode ficar pesando a dos irmãozinhos de sofrimento com as suas coisas”, se referindo a deixar mais pesada a cadeia daqueles com que dividem a cela, mais difícil o dia-a-dia na prisão.

O respeito aos códigos e ritos vão determinando as hierarquias e cristalizando as relações consigo, com os outros e com as coisas a partir da operacionalização de relações de poder onde submissão e violência se produzem e se perpetuam dinâmica e decididamente.

Para os homens, como para as mulheres, a educação se faz por mimetismo. Ora, o mimetismo dos homens é um mimetismo de violências. De violência inicialmente contra si mesmo. A guerra que os homens empreendem em seus próprios corpos é inicialmente uma guerra contra eles mesmos. Depois, numa segunda etapa, é uma guerra com os outros (Welzer-Lang, 2001, p.3).

Em muitos aspectos, abjetos por serem criminosos-pessoas presas- e objetos da função do Estado na lógica punitiva – funcionários- estão assujeitados às mesmas lógicas discursivas. Ambos não podem ser chamados pelo nome: um funcionário diz “na primeira semana de trabalho, estranhei quando um deles me chamou pelo nome. Depois me acostumei”. Faz-se necessário aqui esclarecer que

todos os funcionários usam crachás de identificação com nome, mas, na grande maioria das vezes, as pessoas presas se referem aos agentes penitenciários como “Sr. Funcionário”.

Na mesma perspectiva, uma pessoa presa relata que “doe quando um funcionário que cresceu com a gente, brincou junto, fala ‘deixa o preso passar aí’ porque esta na frente dos outros”. Esclarecendo aqui que chamar de preso já denota uma conotação positiva, posto que no geral os agentes se referem a todas pessoas presas como “ladrão”.

Não nos surpreende as lutas diárias entre pessoas presas e agentes penitenciários, que expressam guerras por micro-poderes como o tempo de pátio, a forma e o tempo de receber visitas, ter acesso a alimentação diferenciada, ter acesso às assistências. Tudo isso é disputado e barganhado diariamente, e com a mesma importância de uma disputa quanto ao tamanho do pênis. Embora tenhamos clareza do impacto subjetivo desta relação de luta constante, as surpresas foram as dinâmicas de dominação entre os iguais.

Entre as pessoas presas identificamos que os homossexuais, chamados de moleques (talvez porque não deixaram o mundo das mulheres e das crianças), são proibidos de realizar qualquer trabalho que os coloque em contato com a alimentação das pessoas presas. Em grupos, ao discutir deslocamentos possíveis e obrigatórios dentro da prisão, questionamos o porquê. Nos disseram :“ah, doutora, olha onde esses caras põem a mão...”. Ao comentário de um homossexual presente: “onde todos vocês põem a mão para mijar...”, disseram, “é diferente, é o meu...” e não houve o menor espaço para questionar a proibição.

Em Welzer-Lang (2004), encontramos subsídios para compreensão desta homofobia e uma articulação da prisão com a casa dos homens:

[...] as relações homens/homens são estruturadas conforme a imagem hierarquizada das relações homens/mulheres. A prisão, como espaço particular da “casa dos homens”, ou seja, esse lugar múltiplo e plural em que, ao abrigo do olhar das mulheres, se constrói, se gera e se regenera o masculino, seus atributos e seus privilégios de gênero, levam os pesquisadores a ver (e os detentos a sofrer) tratamentos diferenciados nos quais cada homem, competindo com os outros, deve mostrar durante o tempo todo, e mais que qualquer outra coisa, que ele é um homem “de verdade”. Welzer-Lang (p.117)

Acrescentamos a observação de Welzer-Lang que não são apenas os detentos que sofrem o referido tratamento. Entre os funcionários, falas de agentes penitenciários que estavam em cargos de chefia sobre o seu trabalho: “lidar com

preso é o mais fácil, o duro é a guarda, essa raça não tem jeito”. E ainda de outro agente, definindo o que caracteriza o agente penitenciário: “...é aquele cara que não pensa em como se adiantar , mas em como tirar o adianto do outro. Talvez seja porque é nossa função fazer isso com os presos.”

Relatam ainda que uma característica complicada dos “guardas” é falar demais, “parecem até mulher”, e “dizem que mulher é que é fofoqueira”. Linhas discursivas homofóbicas, entendendo homofobia como discriminação para com pessoas que demonstram características atribuídas ao outro gênero que não o seu, tão centrais nas expressões de masculinidades tanto entre os funcionários quanto entre as pessoas presas.

Localizamos um texto de 1797, uma proeminência da masculinidade homofóbica, que demonstra, nas origens das prisões no Brasil, o pensamento que originará a visita íntima no sistema penal, além de arraigada homofobia. Segue trecho, que parece tão atual, da carta do clérigo Bernardo Luis Ferreira Portugal a Dom Francisco de Souza Coutinho:

Para aquela ilha [Fernando de Noronha] se não consente passar mulheres [...] da falta de sexo nascem horrorosos crimes; a sodomia, a bestialidade [...] a corrupção faz com que se fazem com publicidade e pompa casamentos entre pessoas do mesmo sexo, e que estes infelizes se denominem por marido e mulher: os ciúmes dos ganimedes causas freqüentes desordens, este mal ataca desde o comandante do presídio até o último dos degredados, e habituados nela quando voltam da ilha o conservam e introduzem; e por isso jamais pode ser remediado sem se alterar, ou inteiramente mudar a ordem do governo da Ilha. Toda a despesa que Sua Magestade faz com o sustento da tropa, e degredados, condução de víveres e gente, todos os males e inércia que há naquela ilha se podem evitar uma vez que se passar apovoar de homens casados. (1797)

Neste, um mais além das práticas divisórias, mais que separar bons e maus, posto que não bastou (“este mal ataca desde o comandante do presídio até o último dos degredados”), há que se utilizar um saber produzido, uma tecnologia, para combater tamanho mal. A relação heterossexual monogâmica se apresenta como solução para todos os males, destacando que o maior mal aqui não são as relações entre pessoas do mesmo sexo, mas o fato delas utilizarem rituais, terminologias e expressões de sentimentos autorizadas aos maridos e mulheres. O mais ameaçador é a alusão de afeto semelhante ao apregoado pela hegemônica relação heterossexual monogâmica e regulamentada pelo Estado e pela igreja.

Destacamos que a visita de cônjuge, ou companheira que comprove vinculação, ainda hoje faz parte das linhas discursivas que constituem as práticas

tanto de pessoas presas quanto de funcionários e gestores quanto à contenção e disciplina. Uma pessoa presa diz: “A gente passa a semana fazendo castelo da íntima [...] é isso que faz agente se segurar e não se atrasar na cadeia”. Já um funcionário da segurança diz: “ a bronca na cadeia é rango e íntima [...] se isto estiver ok, a cadeia anda sozinha”.

Welzer-Lang (2001, p.4) nos adverte para evitar o engano de achar que pelas modulações violentas, os agrupamentos masculinos que produzem e reproduzem masculinidades tem apenas aspectos negativos. Muitas vezes associados a irmandades, a solidariedade masculina é uma intervenção contra a dor de ser vítima, de ser submetido. A “casa dos homens é lugar de transmissão de valores positivos. Ter prazer juntos, descobrir o interesse do coletivo sobre o individual, são valores que fundam a solidariedade humana”.

Agentes penitenciários relatam que “às vezes a gente perde a firmeza. Você não imagina o que é ver uma criança correr para o braço do cara, que ta lá, com cara de besta que faz muito tempo que não vê o filho que ele acha que é dele [...] Lembro uma vez que, quando percebi estava com o olho cheio de lágrima. Depois, o ladrão passou por mim e disse ‘sem palavra, seu funcionário’. Eu vi que ele percebeu que eu era humano também.” Aqui vemos que, mesmo mantendo a rivalidade, como na dúvida da paternidade, há o reconhecimento dos valores relativos aos laços familiares. A sensibilidade relativa à paternidade, embora localizada no discurso deste funcionário, não pode ser considerada parte das práticas vigilantes, como denota o ‘às vezes’ na fala.

Essa sensibilidade de alguns funcionários é percebida pelas pessoas presas, conforme ilustra a cena relatada a respeito de uma situação de violência: “[...] os guardas já chegaram querendo caçar assunto aquele dia... Menos o Sr. tal, ele não é disso não , ele é um cara homem: só bota mão em ladrão quando eles dão ponto, senão vai só nas idéia. Me pediu o bagulho e disse que se eu entregasse ninguém ia por a mão em mim. O xadrez e o corredor tava cozido de polícia. Entreguei. Ninguém relou em mim mesmo, num teve nem quase mula...Os polícia também respeita o Sr tal”.

Há uma colagem da idéia de ser humano a certa idéia de homem. Esta colagem vem de encontro a assertiva de Daniel Welzer-Lang (2001) de que na casa dos homens também é possível a emergência de valores positivos que facilitam e expressão de solidariedade e, conseqüentemente, de convivência sem violência.

Ressaltamos a importância de compreender os tipos de dispositivos presentes nas práticas discursivas localizadas até o momento. Lazzarato (2008, p.46) nos esclarece que, de acordo com o entendimento foucaultiano, apesar da prevalência dos dispositivos de segurança, nós ainda mantemos a visão disciplinar. Em suas palavras, a sociedade de segurança “engloba, utiliza, explora, aperfeiçoa, sem os suprimir, os dispositivos disciplinares e de soberania”.

Ainda que imbricadas nas práticas, há que se distinguir disciplina e segurança. Entre as práticas divisórias da primeira e as técnicas de governo, e ou controle da segunda, há muito o que compreender de suas dinâmicas. A esse respeito, o autor aponta que:

A disciplina aprisiona, fixa limites e fronteiras, ao passo que a segurança garante e assegura a circulação. A primeira impede, a segunda deixa fazer, incita, favorece, solicita. A primeira limita a liberdade, a segunda é fabricante, produtora de liberdade (LAZZARATO, 2008, p. 46)

Como duas técnicas diferentes, produzem tipos de normatização também diversos entre si, pois:

A disciplina reparte os elementos a partir de um código, de um modelo, de uma norma que determina o permitido e o proibido, o normal e o anormal. A segurança é uma gestão diferencial das normalidades e dos riscos, que não são considerados nem como bons, nem como maus, mas como um fenômeno natural, espontâneo (LAZZARATO, 2008, p. 47).

Em alguns momentos da pesquisa, como nos relatos sobre os nomes e também sobre o tratamento dado aos homossexuais, percebemos a utilização da lógica disciplinar tanto para o binômio preso/funcionário quanto para o homossexual/heterossexual. De maneira precisa, podemos localizar a soberania das subjetividades hegemônicas sobre as abjetas, assim como o agenciamento de práticas discursivas que dela advêm.

Estes marcadores de diferença exemplificam porque são tão essenciais a qualquer sistema classificatório, sistema que delimita aqueles que podem e os que não podem falar e, mais ainda, se articulamos à questão das masculinidades, o que e como devem falar aqueles autorizados para tal.

Já em outros momentos, como no relato do encontro da pessoa presa com o filho e também da apreensão de drogas sem violência física, a atenção aos detalhes, a ilusão de igualdade, e portanto, liberdade de opinião e sentimento suspendem o binarismo e nos apresentam a lógica da segurança. Atentemos que, diferente de aprisionar em uma posição aceita ou hegemônica, marginal ou abjeta, o

engendramento envolve cálculo de riscos nas situações, entrelaçamento de discursos a respeito de situações possíveis e, fundamentalmente, a utilização de saberes na elaboração de critérios de intelegibilidade.

Podemos articular aos dispositivos emergentes, o que nos diz Foucault(1988) sobre as diferenças entre o poder de morte do soberano na idade Média e o poder de vida no Estado moderno. Enquanto um se exerce pelo temor da morte, ou o outro se exerce em nome e para garantir a vida. Até mesmo o direito de matar é dado ao Estado em nome de salvar vidas.

Os que morrem no cadafalso se tornaram cada vez mais raros, ao contrário dos que morrem nas guerras [...] À partir do momento que o poder assumiu a função de gerir a vida, já não é o surgimento de sentimentos humanitários, mas a razão de ser do poder e a lógica de seu exercício que tornaram cada vez mais difícil a aplicação da pena de morte. De que modo um poder viria a exercer suas mais altas prerrogativas e causar a morte se o seu papel mais importante é o de garantir, sustentar, reforçar e multiplicar a vida e pô-la em ordem?[...] Daí o fato de que não se pôde mantê-la a não ser invocando, nem tanto a enormidade do crime quanto a monstruosidade do criminoso, sua incorrigibilidade e a salvaguarda da sociedade. São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros.(FOUCAULT, 1988, p. 129 -130).

Tratamos de pensar aqui como são produzidas as subjetividades e, nesta altura, por que não dizer as masculinidades, de homens marcados como criminosos e também de homens que, por representarem o Estado, tem legitimado o exercício do poder sobre a vida, e até de morte, destes criminosos.

Encontramo-nos com dissonâncias, concordâncias, rachaduras e encontros tanto entre pessoas presas quanto entre funcionários e, claro, confrontando os dois grupos. Este dado confirma a afirmação de Souza (2010):

A construção da masculinidade deve ser entendida como uma experiência coletiva e individual em constante transformação. Nessa perspectiva, compreender a conformação de sentidos e significados atribuídos por jovens sobre o que é masculinidade implica no reconhecimento de que é possível verificar, mesmo num grupo aparentemente uniforme, variações de valores, ainda que permeadas por certos traços comuns fundamentados por um ideal de masculinidade hegemônica” (SOUZA, 2010, p.135).

A revisão teórica nos mostra a importância de se acreditar nesta liberdade e individualidade para que melhor se possa controlar. E as diversas formas de contato ratificam o quanto estão todos estes homens aprisionados pelas expressões de masculinidade, pelos marcadores construídos “cara homem” e “pilantra”.

Sem fazer idéia das tecnologias de gênero que arquitetam estas masculinidades, agem consigo e com ou outros como se fossem naturais e, portanto, imutáveis e inquestionáveis, por mais sofrimento ou desconforto que

possam causar. E não podem fugir a esta condenação. Como coloca Welzer-Lang (2004) se tornam vítimas do privilégio de participar dos jogos de dominação porque não tem a opção de não participar dos jogos e disputas que se prestam a organizar o poder e a hierarquização masculina.

Mais além, pensamos que talvez a compreensão destas construções de expressões de masculinidades, ou mesmo a criação de espaços para refletir sobre elas, possam oferecer tanto aos funcionários quanto às pessoas presas a chance de entender que o jeito de ser e de se entender homem naquele espaço e no mundo, e que em alguns casos gera sofrimentos em si e nos outros, é muito mais uma sutil e útil construção histórica do que característica ou determinação individual.

A forma como são caladas e/ou adequadas as diversidades (sociais, raciais, geracionais, sexuais e de gênero), e também as implicações várias que habitam o imaginário relativo aos deslocamentos possíveis e ou obrigatórios são determinantes nos processos de subjetivação onde operam aprisionamentos mais precisos e danosos que as grades. Isto implica pensarmos em modos de subjetivação normatizadores.

A possibilidade de livrar as pessoas destas grades internalizadas em direção a uma forma de existir mais criativa, singular e produtiva, é nosso interesse ao discutir as masculinidades na execução penal. Isto implica pensarmos em modos de subjetivação singularizantes.

No lado oposto a esta estética da existência figura o aprisionamento das tecnologias em geral, e em especial as de gênero, onde “o indivíduo acaba por sentir em si o mal-estar silencioso, derivado da talvez mais hermética das prisões, aquela que se constitui quando o homem passa a ser um carcereiro de si próprio, vivendo na ilusão de ser livre”. (RODRIGUES, 1999, p.178-179)

E no fim deste recorte de nossa viagem podemos constatar que, depois de entrar diariamente na prisão por quase quinze anos, ter as masculinidades como categoria de análise tem possibilitado entrar na ‘casa dos homens’ pela primeira vez em diversos momentos e de diversas formas. Pontuamos aqui que, ao menos por um tempo e em relação a certas amarras, colocamos em análise aprisionamentos.

Esta análise objetiva práticas de liberdade. Mais do que a liberação de conceitos cristalizados, uma prática de liberdade implica rupturas na experiência diária e nos discursos. Retomamos a advertência feita por Foucault (2004) quanto à importância de diferenciar liberação e liberdade.

Esta prática de liberação não basta para definir as práticas de liberdade que serão em seguida necessárias para que este povo, esta sociedade e esses indivíduos possam definir para eles mesmos formas aceitáveis e satisfatórias da sua existência ou da sociedade política. É por isso que insisto sobretudo nas práticas de liberdade, mais do que nos processos de liberação, que mais uma vez tem seu lugar, mas que não me parecem poder, por eles próprios definir todas as formas práticas de liberdade. (FOUCAULT, 2004, p. 265-266)

Ao questionarmos os saberes produzidos e as relações de poder em operação pela valorização dos saberes diários e anônimos, temos alcançado as complexidades e potencialidades de um percurso genealógico graças à problematização de práticas, saberes e poderes advinda da emergência de subjetividades produzidas por tecnologias de gênero.

REFERÊNCIAS

BEATTIE, P.M. Cada homem traz dentro de si sua tragédia sexual: visitas conjugais, gênero e a questão sexual das prisões (1934) de Lemos Britto. Tradução: Bretas, M.L.; Zuma, R. In: FONTES, C. N.; FLÁVIO, S. N.; COSTA, M.; BRETAS, M. L.(orgs). **História da Prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Rocco , 2009. p. 215-248.

CARTA de Bernardo Luis Ferreira Portugal ao Ilmo. e Exmo. Dom Francisco de Souza Coutinho - Pará, dez. 1797. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1797. Consulta a original manuscrita.

DELEUZE, G. **Foucault**. Lisboa: Vega, 1987.

DREYFOS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária , 1995.

FOUCAULT, M. **Micrfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 15. ed.. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos V**: ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

LAURETIS, T. A tecnologia de gênero. Tradução: Funck, S. In: HOLLANDA, Buarque, H. (Org.) **Tendências e impasses**- O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1987/1994. p. 206-242.

LAZZARATO, M. Biopolítica/ Bioeconomia. In: PASSOS, I.C.F. (org). **Poder, normalização e violência**: incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RODRIGUES, J. C. **O corpo na história**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

SOUZA, R. Rapazes negros e socialização de gênero: sentidos e significados de “ser homem”. **Cadernos Pagu**, v.34, p. 107-142, 2010.

WELZER-LANG, DANIEL. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Rev. Estudos Feministas.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001 . Disponível em <http://homolog.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200008&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 21 jun. 2010. doi: 10.1590/S0104-026X2001000200008

WELZER-LANG, D. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, M.R. (org). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial; Edunisc, 2004. p. 107 a 128.

Artigo:

Recebido em: 10/09/2010

Aceito em: 17/02/2011